



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Franca

Marissol Soares da Silva Jorge

**A ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA:
O CONVÊNIO CEPAL-BNDE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO (1953-1964)**

FRANCA
2023

Marissol Soares da Silva Jorge

**A ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA:
O CONVÊNIO CEPAL-BNDE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO (1953-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel, junto ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Franca.

Orientadora: Prof^a. M^a. Ana Rachel Simões Fortes

FRANCA
2023

J82e

Jorge, Marissol Soares da Silva

A Estratégia Desenvolvimentista : o convênio CEPAL-BNDE e as suas contribuições para o desenvolvimento econômico brasileiro (1953-1964) / Marissol Soares da Silva Jorge. -- Franca, 2023

51 p. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Ana Rachel Simões Fortes

1. Desenvolvimento econômico. 2. Política Externa Brasileira. 3. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 4.

~~Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 5.~~

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Marissol Soares da Silva Jorge

**A ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA:
O CONVÊNIO CEPAL-BNDE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO (1953-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel, junto ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Franca.

Comissão Examinadora

Prof^ª. M^a. Ana Rachel Simões Fortes
PPGRI – Programa de pós-graduação em Relações Internacionais
(UNESP-UNICAMP-PUC/SP) San Tiago Dantas
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Passini Mariano
UNESP – Câmpus de Franca

Prof. Me. João Marcos Ferreira Pacheco
PPGRI – Programa de pós-graduação em Relações Internacionais
(UNESP-UNICAMP-PUC/SP) San Tiago Dantas

Franca
13 de novembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof^ª. M^a. Ana Rachel Simões Fortes pelo auxílio, atenção e dedicação total à minha pesquisa.

Aos meus queridos pais, Marcos e Gorete, que estiveram sempre ao meu lado me apoiando neste momento tão importante. E um agradecimento especial a minha tia, Zezé, e a minha irmã, Letícia.

Às minhas queridas amigas, Giullia, Vitória, Stéfani, Laiane e Beatriz.

Aos meus colegas de curso, Dênis, Rafaela e Vanessa. Sempre estivemos unidos durante a graduação.

À UNESP pelo ensino gratuito de qualidade. E agradeço o Departamento de Relações Internacionais de Franca, e a todos os professores que formam o corpo docente do curso de Relações Internacionais por suas contribuições, ensinamentos e dedicação aos seus alunos.

“Nunca estivemos tão longe do país com que sonhamos um dia”.

Celso Furtado, 1999
O Longo Amanhecer

RESUMO

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), seguindo tendências internacionais, a questão do desenvolvimento tornou-se um tema prioritário na política econômica brasileira. A política externa buscava uma posição mais autônoma no cenário internacional e o desenvolvimento orientava as relações do Brasil com o mundo. Dessa forma, o nacional-desenvolvimentismo fez com que o país fosse um dos grandes incentivadores da criação e da consolidação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹, a qual teria a missão de apoiar o desenvolvimento da América Latina. No âmbito doméstico, a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)² do Brasil, em 1952, colaborou com o financiamento da estratégia desenvolvimentista. A partir desse contexto, em 1953, com incentivo do presidente Getúlio Vargas e do economista Celso Furtado, foi estabelecido o convênio de cooperação técnica CEPAL-BNDE, com o propósito de contribuir com o desenvolvimento econômico do Brasil. O convênio teve a tarefa de produzir dados macroeconômicos sobre a economia brasileira, elaborar planos econômicos para o desenvolvimento e formar um grupo de intelectuais especializados nos problemas estruturais da economia nacional. Assim, compreendendo a relevância histórica da CEPAL para o desenvolvimentismo brasileiro, este trabalho planeja realizar uma pesquisa de caráter qualitativa descritiva e exploratória sobre o convênio CEPAL-BNDE com o objetivo de determinar as contribuições dessa associação para a planificação de políticas econômicas para o desenvolvimento e demonstrar os resultados concretos do trabalho conjunto das duas organizações, de 1953 a 1964. O problema que direciona a presente pesquisa é se a teorização da CEPAL em conjunto com o financiamento do BNDE trouxeram resultados reais para a economia brasileira. Os resultados do estudo demonstraram que o convênio CEPAL-BNDE forneceu um caráter técnico-científico ao discurso político sobre a economia do desenvolvimento e promoveu políticas industrializantes que resultaram em um maior índice de desenvolvimento da economia brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Nacional-Desenvolvimentismo; Política Externa Brasileira; CEPAL; BNDE.

¹Em 1984, foi incluído os países do Caribe e a Comissão Econômica para a América Latina passou a ser denominada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Para este trabalho será utilizado a nomenclatura antiga, como a original do período estudado.

²Em 1982, foi incluído o “social” no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, nomeado então como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Para este trabalho será utilizado a nomenclatura antiga, como a original do período estudado.

RESUMEN

Al final de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945), siguiendo las tendencias internacionales, la cuestión del desarrollo pasó a ser un tema prioritario en la política económica brasileña. La política exterior buscó una posición más autónoma en la escena internacional y el desarrollo guió las relaciones de Brasil con el mundo. De esta manera, el nacional desarrollismo convirtió al país en uno de los grandes impulsores de la creación y consolidación de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL)³, que tendría la misión de apoyar el desarrollo de América Latina. A nivel interno, la fundación del Banco Nacional de Desarrollo Económico (BNDE)⁴ de Brasil, en 1952, colaboró con el financiamiento de la estrategia de desarrollo. En este contexto, en 1953, con el impulso del presidente Getúlio Vargas y del economista Celso Furtado, se estableció el acuerdo de cooperación técnica CEPAL-BNDE, con el objetivo de contribuir al desarrollo económico de Brasil. El acuerdo tenía la tarea de producir datos macroeconómicos sobre la economía brasileña, preparar planes económicos para el desarrollo y formar un grupo de intelectuales especializados en los problemas estructurales de la economía nacional. Así, comprendiendo la relevancia histórica de la CEPAL para el desarrollo brasileño, este trabajo prevé realizar una investigación cualitativa descriptiva y exploratoria sobre el acuerdo CEPAL-BNDE con el objetivo de determinar las contribuciones de esta asociación a la planificación de políticas económicas para el desarrollo y demostrar la importancia histórica de la CEPAL para el desarrollo brasileño y los resultados concretos del trabajo conjunto de las dos organizaciones, de 1953 a 1964. El problema que orienta esta investigación es si la teorización de la CEPAL en conjunto con el financiamiento del BNDE trajo resultados reales para la economía brasileña. Los resultados del estudio demostraron que el acuerdo CEPAL-BNDE proporcionó un carácter técnico-científico al discurso político sobre la economía del desarrollo y promovió políticas industrializadoras que resultaron en una mayor tasa de desarrollo de la economía brasileña.

Palabras-clave: Desarrollo Económico; nacional desarrollismo; Política exterior brasileña; CEPAL; BNDE.

³En 1984, se incluyeron los países del Caribe y la Comisión Económica para América Latina pasó a llamarse Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Para este trabajo se utilizará la nomenclatura antigua, como la original del período estudiado.

⁴En 1982, lo social se incluyó en el Banco Nacional de Desarrollo Económico, que luego se denominó Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social. Para este trabajo se utilizará la nomenclatura antigua, como la original del período estudiado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Produção, gastos e consumo de energia no período de 1939 a 1954	40
Quadro 1 - Projeção do consumo de energia elétrica (em milhões de kWh)	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de crescimento de energia elétrica e de produção industrial, de 1950 a 1954	39
Tabela 2 - Crescimento da produção agrícola e industrial após a Segunda Guerra Mundial ..	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BCI	Banco de Crédito Industrial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIES	Conselho Interamericano Econômico e Social
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CORFO	<i>Corporación de Fomento</i>
CTPDE	Curso de Treinamento em Problemas Econômicos
DASP	Departamento Administrativo de Serviço Público
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GEIA	Grupo Executivo da Indústria Automobilística
KfW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
KDB	<i>Korea Development Bank</i>
NAFINSA	<i>Nacional Financiera</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização Pan-Americana
PEI	Política Externa Independente
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A
PIB	Produto Interno Bruto
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O DESENVOLVIMENTO COMO DIRETRIZ DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	15
2.1	O PAPEL DETERMINANTE DOS ESTADOS UNIDOS NA POLÍTICA EXTERNA LATINO-AMERICANA	15
2.2	A CEPAL E A AMÉRICA LATINA	19
2.3	POLÍTICA EXTERNA ORIENTADA PARA O DESENVOLVIMENTO	23
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
3	AS CONTRIBUIÇÕES DO CONVÊNIO CEPAL-BNDE PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO E OS SEUS RESULTADOS	30
3.1	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO, CEPAL E PROJEÇÕES ECONÔMICA ...	30
3.2	A IMPORTÂNCIA DE CELSO FURTADO PARA A INTERAÇÃO CEPAL-BNDE	34
3.3	OS IMPACTOS DO CONVÊNIO CEPAL-BNDE: O GRUPO MISTO E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	38
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
4	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1 INTRODUÇÃO

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a questão do subdesenvolvimento e o financiamento para o desenvolvimento passou a ser uma questão central para as economias mundiais, os países que estavam lentamente se industrializando e os países arruinados pela guerra começaram a investir na criação de instituições financeiras e de bancos de desenvolvimento para destravar o processo de industrialização, reconstruir as suas economias e solucionar falhas de mercado (Tavares *et al.*, 2010). Seguindo essas tendências internacionais, o desenvolvimento tornou-se um tema prioritário na política econômica brasileira (Cardoso, 2018; Silveira; Angeli, 2020). A crença na industrialização como sinônimo do progresso fez com que a política externa e a atividade diplomática do Brasil seguisse um caráter desenvolvimentista cada vez mais evidente, que foi demonstrada com a participação do país no processo de criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)⁵ (Gonçalves, 2011).

Em 1948, pela resolução 106 (VI), a CEPAL foi criada como parte do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), formando uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (Nações Unidas, 1948; CEPAL, 2023). A CEPAL foi fundada com o objetivo de auxiliar os países da América Latina em seus projetos de desenvolvimento econômico e promover a inserção desses países no sistema internacional. O estímulo à industrialização perante a inexistência de uma estrutura produtiva desenvolvida e a de renovação do maquinário industrial na região também eram justificativas para a criação da Comissão, e foi o que despertou o interesse do Brasil pela CEPAL (Gonçalves, 2011).

A política econômica brasileira durante a década de 1950 e início da década de 1960, representadas pelos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), seguia as premissas teóricas da CEPAL (Haffner, 2002; Andrade, 2018), ou melhor, a teoria sobre desenvolvimento da CEPAL correspondia à concepção de desenvolvimento desses governos e garantia autenticidade ao desenvolvimentismo que já se fazia presente no Brasil desde a década de 1930 (Silveira; Angeli, 2020). Nesse cenário, o vínculo concreto da Comissão com o Brasil foi estabelecido, em 1951, devido à visita ao presidente Vargas de duas das principais referências do pensamento econômico latino-americano, Raúl Prebisch e Celso Furtado. Após o encontro, a língua portuguesa

⁵Em 1984, foi incluído os países do Caribe e a Comissão Econômica para a América Latina passou a ser denominada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Para este trabalho será utilizado a nomenclatura antiga, como a original do período estudado.

tornou-se idioma oficial da CEPAL e foi acordado que as sessões de reunião de 1953 da Comissão aconteceriam no Brasil (Klüger; Wanderley; De Freitas Barbosa, 2022).

Nesse contexto, em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁶ do Brasil para financiar o desenvolvimento industrial e realizar análises para a identificação dos principais problemas de ordem econômica do país, concretizando a política de fomento à industrialização de Vargas (Paiva, 2012). A criação do BNDE exemplifica e representa um período de busca pelo desenvolvimento econômico no Brasil, tendo em vista que o BNDE tornou-se financiador e administrador do desenvolvimentismo brasileiro, e junto com a CEPAL formaram um núcleo de estudos sobre a temática (Paiva, 2012).

Como planejado, de 9 a 25 de abril de 1953, ocorreu, em território brasileiro, o quinto Período de Sessões da CEPAL. Durante as reuniões foi criado o Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE, sob a responsabilidade do economista brasileiro Celso Furtado (Gonçalves, 2011). Esse convênio de cooperação técnica teria a função de produzir dados econômicos sobre o Brasil — inexistentes na época —, elaborar planos de desenvolvimento e formar um grupo de intelectuais capacitados e especializados nos problemas estruturais da economia nacional. A intenção era realizar um diagnóstico da realidade macroeconômica brasileira e, a partir dos resultados obtidos, orientar investimentos e planos econômicos (Furtado, 2014).

As atividades do Grupo Misto CEPAL-BNDE resultaram no “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira: 1955-1962” (Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957b). Esse relatório foi o pressuposto do Plano de Metas do governo Kubitschek, que deu apoio técnico e teórico ao processo de industrialização mediante a política de substituição de importações. Assim, o problema que direciona a presente pesquisa é se a teorização da CEPAL, que serviu de embasamento teórico para o Estado desenvolvimentista brasileiro, trouxe resultados reais para a economia brasileira.

E o objetivo do estudo é identificar as contribuições concretas do convênio CEPAL-BNDE para o Brasil, entre 1953 a 1964. Para isso, foi necessário investigar as atividades do Grupo Misto CEPAL-BNDE e do Centro de desenvolvimento CEPAL/BNDE e identificar quais recomendações sugeridas pela associação CEPAL-BNDE foram implantadas ou, pelo menos, serviram de apoio técnico e teórico para a estratégia desenvolvimentista brasileira durante o período em análise. Os resultados da pesquisa demonstraram que a

⁶Em 1982, foi incluído o “social” no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, nomeado então como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Para este trabalho será utilizado a nomenclatura antiga, como a original do período estudado.

associação entre a CEPAL e o BNDE forneceu um caráter técnico-científico ao discurso acadêmico e político sobre a economia do desenvolvimento e promoveu políticas industrializantes que resultaram em um maior índice de desenvolvimento da economia brasileira.

Para atingir o objetivo proposto e responder o problema de pesquisa foram coletadas informações bibliográficas disponíveis em livros e artigos científicos sobre o tema. Também foram utilizados dados bibliográficos sobre a política externa brasileira. Já os documentos e relatórios oficiais, disponibilizados pela CEPAL, pelo BNDE, pelo convênio e pelo governo brasileiro, formam a base de dados da pesquisa documental, com abordagem qualitativa. A pesquisa é do tipo descritiva e exploratória.

A realização do estudo em comento justifica-se porque a questão do desenvolvimento econômico é um tema pertinente, já que o Brasil nunca superou a díade centro-periferia. Mesmo com a modernização do complexo industrial e uma maior inserção intencional do país, ainda convivemos com: vulnerabilidade aos ciclos econômicos, deterioração dos termos de trocas, concentração de renda e graves injustiças sociais. Fatores que combinados resultam no subdesenvolvimento do país. Nesse sentido, há um entusiasmo em destacar a importância que a CEPAL teve para o desenvolvimentismo brasileiro, com a disposição de resgatar a trajetória das atividades da Comissão no país, no auge de suas atividades, de 1953 a 1964. Dado que, no presente, pouco se fala em desenvolvimento e, paralelamente, da CEPAL, tanto por alterações dos propósitos da Comissão quanto pelo seu abandono por parte dos Estados-membros. A CEPAL encontra-se atualmente em estado decadente.

Outro ponto a ser manifestado é sobre a relevância acadêmica. O desenvolvimento econômico é um tema pouco analisado nas Relações Internacionais, ao se comparar com as Ciências Econômicas, em que os estudos são amplamente difundidos no campo e dominados pelos economistas. Porém, é extremamente relevante trazer este debate para as RI, já que as discussões sobre desenvolvimento surgiram no contexto externo, a partir de um conflito internacional — a Segunda Guerra Mundial —, e foi incorporado pelos Estados nacionais, tornando-se presente nos debates de política externa. Então, trata-se trazer um tema de caráter internacional para a disciplina que o pertence.

A pesquisa está dividida entre os capítulos historiográfico e analítico, ambos fragmentados em três subseções. A historiografia contextualiza o problema de pesquisa, então exhibe uma visão geral de política externa para apontar algumas questões políticas e econômicas sobre a relação América Latina-Estados Unidos, em sua segunda subseção mostrará o início, o auge e o declínio da CEPAL como núcleo do pensamento econômico

latino-americano. Já a última subseção é uma análise descritiva da política externa brasileira implantada pelos governos nacional-desenvolvimentistas, durante a atuação do convênio de cooperação técnica CEPAL-BNDE, formando o recorte historiográfico desta pesquisa.

O capítulo analítico tem o compromisso de responder o problema de pesquisa, então irá mostrar efetivamente as contribuições concretas do convênio de cooperação técnica CEPAL-BNDE para o desenvolvimento brasileiro e a disseminação das ideias Cepalinas no governo e nos meios acadêmicos brasileiros, por intermédio de Celso Furtado e das atividades do Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE. As subseções do capítulo exibem dados e informações que revelam os resultados do trabalho das duas instituições na economia brasileira, também descreve fatos importantes sobre a atuação da CEPAL no Brasil e a relação da Comissão com a criação de bancos de desenvolvimento.

Para além, em fins de conclusões, o trabalho apresenta algumas considerações sobre a CEPAL e o BNDE na atualidade, abordando o fim da iniciativa desenvolvimentista, a desindustrialização no Brasil e a perda de propósito da CEPAL.

2 O DESENVOLVIMENTO COMO DIRETRIZ DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Neste capítulo será analisada a política externa brasileira após a Segunda Guerra Mundial, quando se estabelece a consolidação do Estado desenvolvimentista no contexto latino-americano. A princípio, o capítulo exhibe algumas questões políticas e econômicas sobre a relação América Latina-Estados Unidos para contextualizar o Brasil na dinâmica das relações internacionais. A segunda subseção mostra a chegada da CEPAL como promotora do desenvolvimento e, posteriormente, a perda de sua influência na América Latina. A última subseção tratará de um estudo descritivo da política externa brasileira no período de estreitamento das relações entre a CEPAL e o Brasil por meio da atuação do convênio de cooperação técnica CEPAL-BNDE, de 1953 a 1964, do início da associação até a dissolução do convênio. Por fim, procedem-se às considerações finais.

2.1 O papel determinante dos Estados Unidos na política externa latino-americana

As mudanças estruturais do mundo ocidental no século XX, tanto na economia quanto na sociedade, são extremamente importantes para entender a questão do desenvolvimentismo

latino-americano. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise financeira de 1929 causada pela quebra da bolsa de valores de Nova York e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se repercutiram na alteração da dinâmica de poder mundial, a Grã-Bretanha, mesmo com o seu vasto império, perdeu sua hegemonia nas relações internacionais para a potência em ascensão: os Estados Unidos da América (EUA). Esse evento atingiu fortemente a América Latina, sob a zona de influência da nova potência, a região tornou-se alvo do expansionismo americano no continente, o que se repercutiu nas agendas de política externa latino-americanas. Assim, durante o século XX, a política externa latino-americana foi baseada na relação com o “grande irmão do norte”, substituindo e encerrando o ciclo de interferências da Europa Ocidental no continente desde a era colonial (Prado; Pellegrino, 2014).

Sobre a América Latina é importante salientar que após a Primeira Guerra, a região passou por um lento processo de industrialização e urbanização, mas com características e estruturas burocráticas arcaicas, já que ainda sofria com os resquícios da colonização (Prado; Pellegrino, 2014). Desde o período colonial, a região está aprisionada em relações desiguais de poder que causam a dependência econômica, e a ascensão americana deu continuidade a esse sistema de trocas comerciais desfavoráveis para os países latinos. De acordo com Guimarães (2001): “A estratégia econômica americana para a América Latina tinha como principal objetivo manter os mercados latino-americanos abertos para as suas exportações, em especial, industriais - e seus investimentos - [...] ” (Guimarães, 2001, p. 100). Nessas condições, os países latinos continuariam com sua função primário-exportadora no mercado mundial, assim como recomendado pelas doutrinas liberais (Guimarães, 2001).

Adicionalmente, sobre os objetivos da política externa dos EUA com relação à América Latina e o Brasil, Ayllón (2006) entende que a:

[...] inserção geopolítica e econômica do Brasil e da América Latina na área de influência dos EUA e, em consequência, a subordinação desta relação aos dois objetivos constantes perseguidos por Washington em sua política para o continente: excluir do hemisfério todos os rivais extracontinentais ou poderes hostis e assegurar o domínio e a presença política e econômica dos EUA na região (Ayllón, 2006, p. 17).

Guimarães (2001) também afirma que a América Latina é a zona estratégica mais relevante para a política externa estadunidense. Além de interferirem em qualquer assunto da região e de manterem em alerta a qualquer ameaça à segurança nacional e, também, continental, é constatado pelo autor que há uma eterna pressão sob os países latinos para que suas políticas externas se alinhem à política externa dos EUA, por isso o país acabou por

apoiar governos que seguiam os mesmo vieses sociopolíticos e econômicos. Porém, as intervenções armadas norte-americanas na América Central e no Caribe e a pressão ideológica sob o continente durante a Segunda Guerra e a Guerra Fria resultaram em movimentos anti-imperialistas por toda América Latina. Assim, as relações com o governo americano tornaram-se amplamente debatidas no âmbito político dos países latinos (Prado; Pellegrino, 2014).

A crise econômica internacional, o movimento anti-imperialista, a urbanização, a necessidade de modernização e as crescentes demandas sociais da população resultou na ascensão de governos com valores mais ajustados à nova realidade da América Latina, é nesse cenário, entre 1930 e 1945, que surge o esboço do Estado desenvolvimentista, que contava com a presença do Estado “robusto”, sob o comando de personalidades que impunham fortemente sua autoridade, no Brasil, com o nacionalismo de Getúlio Vargas; na Argentina, com Juan Domingo Perón, que por vezes assumiu abertamente uma postura antiamericana (Cervo, 2013); no México, com Lázaro Cárdenas; e, na Colômbia, com Gustavo Rojas Pinilla (Sousa, 2023).

Para esses estadistas, a intenção americana era manter a região em uma relação de inferioridade, então para remediar, esses governos passaram a investir em setores que trouxessem mais autossuficiência para suas economias, buscando mais autonomia em relação aos EUA. Anos mais tarde, Juscelino Kubitschek tentou solucionar o problema com a ideia de integração da América Latina para o desenvolvimento por meio da criação da Operação Pan-Americana (OPA) (Cervo, 2013).

Portanto, a política externa da América Latina daquele período era pautada na aquisição de recursos para o desenvolvimento por meio da industrialização e na rejeição a qualquer política intervencionista no continente (Cervo, 2013). Mas Guimarães (2001) aponta que os EUA tentavam ao máximo combater os Estados interventores, mantendo-se em constante oposição à ação do Estado latino-americano como promotor da industrialização e do desenvolvimento, para como isso garantir vantagens comerciais para as empresas americanas.

Para exemplificar a ação americana perante à América Latina no contexto em análise, Moura (2006) destaca que os EUA tentaram conter a influência do Eixo no continente americano durante a Segunda Guerra. A relação com países como México, um dos primeiros países a apoiar as forças Aliadas e declarar guerra ao Eixo, foi fortalecida, já a Argentina, que se manteve neutra perante ao conflito, foi pressionada pelo governo estadunidense e sofreu com as tentativas de isolá-la no continente (Cervo, 2013).

Agora o Brasil, além de participar ativamente da guerra, era também um ator estratégico nessa dinâmica, devido à capacidade brasileira de influenciar os países do Cone Sul, dado a sua política de “boa vizinhança” e as suas características geográficas, demográficas e econômicas, o país tinha a capacidade de determinar certas tendências no continente (Guimarães, 2001). Na época, o Brasil era um dos países latinos mais próximos dos EUA, tendo em vista que desde o período imperial brasileiro, mantém-se como mediador da relação América Latina-EUA (Sampaio, 1963), e o governo americano reconhecia essas capacidades de influência e o prestígio do Brasil, particularmente na América do Sul, somando com as habilidades da diplomacia brasileira, exemplificada pela política pendular de barganha econômica, na qual o país manteve relações comerciais com a Alemanha e os EUA, em plena guerra mundial.

Por isso, sempre foi fundamental para os EUA e para a consolidação da sua hegemonia continental, o alinhamento da política externa brasileira com a americana. Acerca disso, Cervo (2013) afirma:

[...] durante e logo após o conflito [Segunda Guerra], a política exterior do Brasil foi instrumento decisivo para a realização dos objetivos hemisféricos norte-americanos que foram, sucessivamente, a cooperação de guerra e o apoio à montagem da ordem internacional no pós-guerra (Cervo, 2013, p. 54).

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), criado na Conferência do Rio de Janeiro, em 1947; o rompimento diplomático com a União Soviética e a perseguição ao Partido Comunista Brasileiro pelo governo do Brasil — as duas medidas também tomadas em 1947 — são ótimos exemplos dessa dinâmica Brasil-EUA do pós-guerra. Destacando que a criação de tratados e de organizações como TIAR e, logo depois, em 1948, a Organização dos Estados Americanos (OEA) garantiram a presença norte-americana em todo hemisfério para o fortalecimento das relações com os países latinos para a contenção do comunismo na região (Cervo, 2013).

Durante a Guerra Fria, os países latinos estavam vivenciando o apogeu do desenvolvimentismo, ao mesmo tempo, encontravam-se sob uma política de extrema vigilância dos EUA, que estavam mais preocupados em cooptar os Estados latinos para a guerra contra o comunismo do que auxiliá-los com o projeto desenvolvimentista. Claro que a Guerra Fria não era um assunto tão pertinente quanto os seus próprios problemas internos, então os países latinos, em sua maioria, mantiveram-se em equidistância relativa perante ao conflito. Cervo (2013) afirma que nesse contexto, a América Latina, com o movimento de

não alinhamento à guerra, escolheu desenvolver uma: “[...] política exterior feita com cautela, movendo-se entre a contraposta e dupla solidariedade com o mundo ocidental e com o mundo subdesenvolvido” (Cervo, 2013, p. 75).

Porém, a América Latina tem suas complexidades, particularmente no âmbito da política e em seus projetos nacionais. Tanto Gonçalves (2011) quanto Cervo (2013) destacam que a natureza dos regimes políticos latino-americanos que englobam as democracias, ditaduras, governos esquerdistas e governos direitistas vigentes entre 1945 e a década de 1970, geraram impasses para integração regional e para o projeto desenvolvimentista da região. Essa complexidade, combinada com o contexto de tensão da Guerra Fria com a Revolução Cubana (1959) e a Guerra do Vietnã (1955-1975) e com a postura americana de apoiar governos que se alinhassem à sua política externa, repercutiram no surgimento de ditaduras direitistas por todo o hemisfério, mudando o enfoque da política exterior latino-americana na segunda metade do século XX, que passou a apresentar tendências macroeconômicas liberalizantes e declarar oposição ao bloco soviético.

2.2 A CEPAL e a América Latina

Em 1948, no contexto de esboço do Estado nacional-desenvolvimentista e de aceleração da urbanização e da industrialização na América Latina, a CEPAL, como parte do ECOSOC, surge com o dever de contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina e com a missão de questionar como se dava a inserção dos países periféricos no sistema internacional. A Comissão argumentava que o comércio internacional se estruturava em um sistema exploratório em que os termos de trocas dos países industrializados com os periféricos eram baseados na exportação de bens de alto valor agregado e na importação de bens de baixo valor agregado, ou seja, a periferia desempenhava a função de produzir matéria-prima e alimentos para o centro, posteriormente, a matéria-prima se transformaria em produtos industrializados que seriam exportados para a periferia, favorecendo mais uma vez o centro (Prebisch, 1949; Santa Cruz, 1999).

Dessa forma, o sistema permitia que os países periféricos não conseguissem nem mesmo se beneficiar dos resultados do seu próprio progresso, já que seus recursos eram transferidos para os países centrais, em função da troca desigual e do financiamento externo (Bielschowsky, 2000). De acordo com Prebisch (1949):

[...] os países menos desenvolvidos, através dos preços que pagaram pelos artigos manufaturados, em relação com os que conseguiram pelos seus próprios produtos, contribuíram para crescentes níveis de vida nos países industrializados, mas sem receber, em contrapartida, nos preços dos seus próprios produtos, uma contribuição equivalente a seu próprio nível de vida (Prebisch, 1949, p. 56-57).

Então, a CEPAL se ocupou em oferecer apoio teórico ao desenvolvimento e em direcionar os Estados latinos na condução de suas políticas externas e internas, consequentemente tornou-se a narrativa predominante na região (Lima; Milani, 2016), é perceptível que o embasamento teórico da Comissão correspondia à noção de desenvolvimento do nacional-desenvolvimentismo em ascensão. No que se refere ao trabalho concreto da CEPAL, prioritariamente havia a necessidade de elaborar um estudo econômico sobre a América Latina e a partir de então, elaborar planos de desenvolvimento que envolvesse a cooperação público-privada, a integração regional como um meio pertinente para enfrentar a hegemonia estadunidense e a criação de bancos de desenvolvimento para diminuir a dependência de financiamento externo (Prebisch, 1949; Gonçalves, 2001).

Para melhor compreensão do papel ideacional da CEPAL no contexto em análise, é importante mencionar que os países latinos compartilhavam os mesmos problemas estruturais e ocupavam o mesmo espaço no cenário internacional, e como já exposto, suas políticas externas buscavam o mesmo resultado, o desenvolvimento. Porém, não existia uma percepção de singularidade dos países, nem a consciência de que estavam vivenciando a mesma situação econômica, que conviviam com passado similar e buscavam resultados muito semelhantes.

Assim, segundo Polleto (1999), o grande papel da CEPAL foi a de construir a identidade latino-americana, de fazer a comunidade latina se unir para combater o subdesenvolvimento histórico e a de chamar a atenção da América Latina para entender a si mesma, como uma região marcada pelo subdesenvolvimento e como essa característica influi nas relações com outros países e a sua política externa. A CEPAL se estabeleceu com o propósito de auxiliar os países latinos a superar o subdesenvolvimento, mostrando como atingir o progresso econômico por meio de políticas industrializantes, do planejamento econômico e da cooperação regional e internacional.

Em “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas”, vulgo: “Manifesto latino-americano”, Prebisch (1949) destaca a importância da economia da América Latina ser estudada por economistas latinos, o que remete a esta ideia de identidade latino-americana e da criação de uma teoria própria, visando diminuir a importação e a dependência do conhecimento estrangeiro:

Compete, primordialmente, aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente quando se conseguir explicá-la racionalmente e com objetividade científica, será possível alcançar fórmulas eficazes de ação prática (Prebisch, 1949, p. 54).

Adicionalmente, Prebisch argumenta sobre a falsa universalidade das ideias, no âmbito da economia, especialmente da economia para o desenvolvimento:

São bem conhecidas as dificuldades que se opõem na América Latina [...] A principal delas talvez seja o número exíguo de economistas capazes de penetrar, com critério original, os fenômenos concretos latino-americanos [...] E isto porque uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada da periferia, é seu falso sentido de universalidade (Prebisch, 1949, p. 54).

Mas a regionalização das atividades da ONU, a partir do estabelecimento da CEPAL, não agradou os países industrializados, pois a Comissão incentivava a industrialização dos países periféricos e a sua teoria sobre o desenvolvimento era contrária à propaganda por esses países. Assim, foi alegado que as comissões econômicas da ONU — para a Europa e para a Ásia e Extremo Oriente — foram criadas para reconstrução dos países atingidos pela Segunda Guerra e tinham caráter temporário. Somando à objeção e hostilidade dos EUA, que se perpetuaram por anos, afirmando que a CEPAL iria realizar os mesmos esforços do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) — organização que buscava compreender os problemas econômicos e sociais do continente americano, mas que acabava por subordinar-se aos interesses dos EUA ao interferir diretamente em assuntos domésticos de sua zona de maior influência (Poletto, 1999; Gonçalves, 2011; Furtado, 2014).

Portanto, a criação da Comissão para a resolução do problema do subdesenvolvimento latino-americano, de forma independente, contrariava as economias centrais, principalmente os EUA, pelo receio de perda de ingerência no conturbado período de escalada progressiva da Guerra Fria, nos anos 1950 e 1960. O papel do Brasil, representado pelo embaixador João Carlos Muniz, e de outros países da região, especialmente o Chile, foi o de contestar as objeções e manter postura favorável à consolidação da CEPAL (Gonçalves, 2011). Após o seu estabelecimento e consolidação, a CEPAL tornou-se mundialmente conhecida como a principal fonte de informação e análise da realidade socioeconômica latino-americana com teorização própria (Bielschowsky, 2000). À vista disso, os governos latinos foram se aproximando cada vez mais da Comissão e um laço de confiança entre a América Latina e a CEPAL foi criado.

Adicionalmente, Gonçalves (2011) argumenta que no âmbito interamericano a matriz teórica da CEPAL serviu de base para a criação do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), da OPA e da Aliança para o Progresso e, no contexto internacional, na instituição da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que foi presidida por Raul Prebisch, o qual deixou a diretoria da secretaria da CEPAL para assumir o cargo na UNCTAD. Portanto, a teorização Cepalina, em seu auge nas décadas de 1950 e 1960, obteve alcance hemisférico e global.

Em contraposição, já em meados dos anos 1960, é possível captar alguns aspectos que levaram ao declínio da Comissão. A CEPAL serviu de base teórica para a criação de diversos organismos internacionais relacionados à questão desenvolvimentista, assim, organizações como o BID e a UNCTAD tornaram-se, para os governos latinos, espaços prioritários para discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento (Gonçalves, 2011). Portanto, com a difusão global destes dois grandes temas, houve a descentralização da produção teórica da CEPAL. As dificuldades da Comissão em cumprir as suas próprias propostas, como aprimorar a integração regional latina, também colaborou para seu declínio. Assim como, a queda dos grandes apoiadores da CEPAL, os Estados nacional-desenvolvimentistas latinos, mudanças bruscas de regime político com o estabelecimento de ditaduras reduziram o papel da Comissão (Gonçalves, 2011).

Sucessivamente, a América Latina foi invadida pela onda ditatorial, no Brasil, o golpe militar ocorreu, em 1964, na Argentina, em 1966, e, em 1967, foi a vez do Uruguai (Wanderley, 2015). A chegada do regime militar no Chile, em 1973, foi o golpe mais duro contra a CEPAL, os recursos e financiamentos destinados à sede da Comissão foram reduzidos drasticamente e os seus funcionários foram submetidos ao exílio, dado a vinculação da CEPAL ao comunismo, por parte dos militares (Wanderley, 2015). Uma nova equipe foi contratada, pelo próprio governo chileno, formando um quadro de funcionários que trouxeram concepções antagônicas à crença da CEPAL sobre desenvolvimento (Wanderley, 2015).

No Brasil, após a queda do estado democrático, o vínculo com a CEPAL foi extremamente afetado, a relação CEPAL-BNDE foi se deteriorando aos poucos, por meio de cortes ao financiamento do convênio — chegando a ser suspenso —, dos ataques à teoria Cepalina, da extrema vigilância das atividades do grupo, da redução da equipe e, talvez a medida mais emblemática: a perseguição aos funcionários da CEPAL. Intelectuais, como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort foram exilados (Klüger; Wanderley; De Freitas Barbosa, 2022). Já Maria de Conceição Tavares chegou a ser detida pelas forças militares (Melo, 2007).

A influência estadunidense se intensificou nesse período, agências ligadas ao governo e instituições privadas americanas, como a Fundação Ford, passaram a realizar estudos e

financiar pesquisas no Brasil e em toda a América Latina, que outrora eram feitas pela CEPAL (Klüger; Wanderley; De Freitas Barbosa, 2022). O BNDE realizou acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o BID, com o propósito de financiar pesquisas, programas e projetos em conjunto (Monteiro Filha; Modenesi, 2002), para substituir os trabalhos do grupo CEPAL-BNDE.

O convênio de cooperação técnica CEPAL-BNDE deixou de existir, em 1967. E mesmo o Brasil continuando a participar das conferências da Comissão, a CEPAL perdeu a importância que havia tido até aquele momento, e como já mencionado, a perda de relevância não ocorreu apenas no Brasil, mas em toda a América Latina (CEPAL, 2023; Gonçalves, 2011).

2.3 Política externa orientada para o desenvolvimento

O desenvolvimentismo na política externa brasileira surge com a chegada de Getúlio Vargas no poder e do fim da política de troca de favores da velha república. Baseado em uma economia completamente agroexportadora, o Brasil era um país vulnerável ao sistema econômico internacional (Hirst, 1981). Em meio à crise interna, após o golpe de Estado de Vargas, na conjuntura externa, como analisado nas subseções anteriores, as duas guerras mundiais e a crise de 1929 transformam a dinâmica de poder mundial que se refletiu diretamente na América Latina. Ideologias econômicas e movimentos sociais surgiram, houve a ampliação da participação do Estado na economia, a adoção de medidas protecionistas no comércio internacional e a adesão de políticas de amparo social, além do estímulo à industrialização, que se tornou pauta central da agenda política de diversos países, como o Brasil (Cardoso, 2018).

O primeiro governo Vargas (1930-1945), seguiu as diretrizes internacionais de práticas intervencionistas e do processo de industrialização com forte presença estatal, mantendo um governo extremamente autoritário e de poder contínuo personificado em sua própria figura pessoal. Vargas alterou profundamente o parque industrial brasileiro com a criação de organismos governamentais de assistência financeira, administrativa e comercial para os produtos agrícolas mais relevantes para a economia nacional (Bueno, 2011; Cervo, 2013;).

Com o intuito de neutralizar os efeitos da crise econômica de 1929 no preço do café, em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café. Para regular a produção de açúcar foi fundado o Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933, e para ordenar as tarefas de planificação

se estabeleceu a Comissão de Defesa da Economia Nacional, em 1942. Somando com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce (Hirst, 1981). Segundo Fernandes (2021), é no governo Vargas que surgiu um sistema administrativo burocrático e centralizado, com modernização do Estado e de suas estruturas, completado com a aceleração industrial e a urbanização.

Já a política externa tornou-se mais independente, orientada pela perspectiva da equidistância pragmática e determinada pela interação do presidente Vargas com o Itamaraty. Sobre o Itamaraty, Fernandes (2021) argumenta:

Em matéria de política externa, o governo de Getúlio Vargas pós-Revolução de 1930 tem duas grandes heranças da República Velha. A primeira é a construção burocrática do Itamaraty a partir das ações e do papel de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco. A gestão Rio Branco representa um marco fundamental na vida institucional do Itamaraty, sendo o período de fundação simbólica do ministério (Fernandes, 2021, p. 103).

Logo, a segunda herança, salientada por Fernandes (2021), é o alinhamento aos EUA, o qual coexistiu com o pragmatismo e as políticas de barganha do governo Vargas. A “equidistância pragmática”, já citada na subseção anterior, refere-se às relações internacionais do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, em que o governo brasileiro, mantendo-se neutro perante ao conflito, aproveitou da disputa entre os inimigos de guerra — EUA e Alemanha — sob o mercado latino-americano para ganhar vantagens comerciais e econômicas sob os dois países.

O Brasil, por meio da diplomacia pendular, estabeleceu relações econômicas com os dois países, conforme a necessidade brasileira de financiamento para a industrialização e desenvolvimento. A interrupção do pragmatismo de Vargas e a adesão aos EUA apenas se deu com a política de barganha, ou seja, em troca de apoio financeiro e tecnológico para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e do reequipamento do setor militar brasileiro (Hirst, 1981; Natalino, 2021). Confirmando o pressuposto de que os objetivos centrais da política externa brasileira se condensam em desenvolvimento e autonomia.

Como já mencionado, após a Segunda Guerra, o eixo de poder da Europa Ocidental foi transferido para os EUA, que entrou em disputa com a grande “vencedora” da guerra: a União Soviética. A Guerra Fria formou uma conjuntura de bipolaridade e de disputa de poder hegemônico entre modelos econômicos antagônicos. O cenário internacional ainda contava com os movimentos de descolonização que sinalizavam mais uma divisão do mundo além do

“leste” e “oeste”, a divisão entre o norte e o sul global, isto é, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

No plano doméstico, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) alterou as relações internacionais do Brasil com o chamado “alinhamento e desenvolvimento associado”. Fielmente alinhado aos EUA, a política externa brasileira tornou-se ideologicamente anticomunista e com uma postura mais liberal ante a economia. Para o governo Dutra, o desenvolvimento deveria ser financiado pela iniciativa privada. O Brasil também acompanhava o voto dos EUA na ONU e além da ruptura diplomática com a União Soviética, o estreitamento das relações Brasil-EUA pode ser evidenciado por meio da Missão Abbink, criada com o propósito de compreender a economia brasileira e estabelecer parâmetros para o desenvolvimento (Bueno, 2011).

Em um contexto político muito diverso do primeiro governo, o segundo mandato de Vargas (1951-1954) é consagrado democraticamente e com amplo apoio popular (Hirst, 1981). O sistema ditatorial do Estado Novo (1937-1945) é substituído por um governo condizente com a constituição federal. A política externa do alinhamento e desenvolvimento associado de Dutra foi bastante criticada, não apenas o governo Vargas considerava ser uma política “entreguista” ao capital estrangeiro, mas também boa parcela da opinião pública. Com o retorno de Vargas, o nacionalismo, o populismo, o anti-imperialismo e o desenvolvimentismo voltaram a estar presentes na política doméstica e nas relações internacionais do Brasil (Bueno, 2011).

Sem poder de barganha, devido ao contexto externo de menor preocupação política e militar dos norte-americanos perante a América Latina, a cooperação econômica com os EUA era prioridade para o governo brasileiro. Ao mesmo tempo, a relação bilateral com o país representava um sistema comercial desigual entre a periferia agroexportadora e o centro industrializado, estabelecia-se em um vínculo de dependência. Mas, mesmo assim, Vargas buscou apoio americano para o desenvolvimento econômico brasileiro (Bueno, 2011).

Assim, mesmo com o alinhamento aos EUA e diferentemente do governo anterior, Vargas buscava autonomia e diversificação nas relações comerciais, aproximando-se de outros países subdesenvolvidos, isto é, que possuíam características similares ao Brasil, apesar das tentativas estadunidenses de reduzir as possibilidades de aproximação entre esses países. Também houve uma maior valorização do multilateralismo com a participação constante do Brasil em organismos internacionais, em especial, os incentivos do governo para a continuidade dos trabalhos da CEPAL e da criação do convênio de cooperação técnica entre a CEPAL e o BNDE (Gonçalves, 2011).

Somando com a Criação da Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico, o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, o Fundo Nacional de Reparcelamento Econômico, o Banco do Nordeste do Brasil, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Carteira de Comércio Exterior, a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), o Plano Nacional do Carvão, as propostas do Plano Nacional de Eletrificação e da criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) formam o arcabouço burocrático e foram as principais ações estatais para o desenvolvimento da economia brasileira no segundo governo Vargas (Hirst, 1990).

A ascensão do vice-presidente João Café Filho ao poder, após a morte de Vargas, demarcam alterações relevantes para a política externa brasileira. O governo Café Filho (1954-1955) era simpatizante da política externa estadunidense e favorável ao alinhamento aos EUA, o que resultou em um ano de tendências liberais extremas e do distanciamento do nacional-desenvolvimentismo, substituindo-o pelo desenvolvimento mediante ao capital estrangeiro (Bueno, 2011). Nesse governo, o auge da cooperação com os EUA foi na área de energia atômica, em especial, pelo Acordo de Cooperação sobre Usos Cíveis de Energia Atômica e por intermédio do Programa Conjunto de Cooperação para a Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil, porém sem muitas compensações para a economia brasileira e para o desenvolvimento do país (Bueno, 2011). Sobre essa conjuntura, Bueno (2011) concluiu que o breve governo de Café Filho representou: “[...] em termos de política exterior, principalmente no que tange às relações com os Estados Unidos, um retorno ao período Dutra” (Bueno, 2011, p. 306).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) representa novos direcionamentos para a política brasileira. O projeto desenvolvimentista dessa gestão era baseado no financiamento externo a partir da abertura econômica ao capital estrangeiro, somada à diversificação de mercado e de modificações na pauta de exportação (Caldas, 1995). No plano das relações políticas internacionais, Kubitschek buscava ampliar a cobertura diplomática brasileira e estender a integração com os outros países latinos (Caldas, 1995). A estratégia regionalista se demonstra pela atuação do Brasil nas organizações regionais como a Organização Internacional do Café, a OEA, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e da criação do BID, do Centro de desenvolvimento CEPAL/BNDE e da OPA (Caldas, 1995).

Com a iniciativa de criação da OPA, o governo brasileiro pretendia melhorar a cooperação internacional das Américas para o desenvolvimento e o fim da ampla desigualdade social, justificando aos países do ocidente que estes dois fenômenos,

subdesenvolvimento e desigualdade, criavam lacunas para penetração de ideologias soviéticas na região. É válido salientar que a OPA não representava um questionamento do Brasil perante a distribuição de poder no sistema internacional, pois era apenas uma defesa à reestruturação da ordem econômica existente, a partir do auxílio do centro aos países em desenvolvimento (Caldas, 1995). Sobre a situação econômica dos países subdesenvolvidos no contexto da Guerra Fria, o presidente Kubitschek, na reunião da Comissão Brasileira da OPA, no Palácio Itamaraty, em 1959, afirmou:

Por amarga experiência própria, já nos convencemos de que os países que só podem tirar o seu sustento da extração e comércio de matérias-primas, são países condenados à dependência econômica, à estagnação, a um incerto e perigoso futuro. [...] nossa determinação de promover o desenvolvimento e incrementar o processo de industrialização do país não decorre de uma ambição excessiva, mas da nossa convicção de que estaremos em perigo, como nação, se agirmos de outro modo (Brasil, 2009).

Conforme Bueno (2011), o empreendimento do governo Kubitschek no projeto da OPA trouxe prestígio e notoriedade para o Brasil e formou as bases para a Política Externa Independente (PEI) dos governos seguintes.

Vizentini (1994) destaca os princípios gerais que ordenaram a PEI dos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964). Abrangendo as dimensões macroeconômicas foram: a expansão do comércio externo dos produtos agropecuários e manufaturados por meio da redução de tarifas e da ampliação das relações comerciais com todas as nações, até mesmo as socialistas. Adicionando, a formulação de planos de desenvolvimento econômicos e a ênfase à integração da América Latina (Vizentini, 1994).

No âmbito da política, os governos da PEI estavam dispostos a oferecer e receber ajuda internacional, promoviam a manutenção da paz entre os países ideologicamente antagônicos, o direito internacional, a norma de não-intervenção e a autodeterminação dos povos. Também apoiavam o desarmamento geral e progressivo do mundo, era defendido que os recursos poupados pela política do desarmamento deveriam ser utilizados para o financiamento dos projetos de desenvolvimento dos países periféricos (Vizentini, 1994).

A PEI tinha caráter nacionalista, e questionava o poder hegemônico estadunidense e as intervenções do país na América Latina. Com o ideal nacional-desenvolvimentista e uma postura independente, a política externa brasileira, de 1961 a 1964, deu continuidade ao multilateralismo, ao pan-americanismo e ao desenvolvimento industrial da política anterior de Kubitschek. Porém, foi com a PEI de Jânio Quadros e João Goulart que as relações com os EUA se deterioraram (Sampaio, 1963).

O governo de Jânio Quadros foi constituído por um grande paradoxo entre a severa política interna — liberal-conservadora — e a política externa pragmática. Sem se identificar com algum lado da bipolaridade, o governo se posicionava apenas com relação ao desenvolvimento do país e do combate ao subdesenvolvimento mundial. Quadros deu continuidade a OPA e reafirmou o argumento de Kubitschek, dizendo que sem cooperação para o desenvolvimento, a alternativa para a América Latina era o comunismo (Bueno, 2011). No que tange às relações internacionais, o universalismo pragmático do governo é ilustrado pela forte presença da diplomacia brasileira nos foros da ONU, com a defesa da soberania cubana e a visita a Cuba e a reunião de Quadros com os principais líderes da Revolução Cubana (Bueno, 2011; Vizentini, 1994).

De maneira singular, o governo de João Goulart iniciava-se com o sistema parlamentarista e sob suspeição ideológica. O então presidente era considerado, por muitos, “esquerdista” e simpatizante do regime soviético; para os EUA, a administração Goulart representava um risco ideológico (Bueno, 2011). A PEI de Goulart é marcada pelo distanciamento aos EUA, pelo apoio à descolonização do continente africano e pela atuação dos ministros das Relações Exteriores, San Tiago Dantas e Araújo Castro que, segundo Amado (2006), deram um sentido mais realista e profissional para a PEI. Para o governo Goulart, similarmente à percepção da CEPAL, a dependência externa era condição para o subdesenvolvimento e por isso a formulação de planos de desenvolvimento era imprescindível. Já as relações com os países socialistas eram defendidas por questões econômicas e não à simpatia do presidente ao regime (Amado, 2006).

No âmbito nacional, era ressaltado a importância da reforma social e da democracia, já a estratégia desenvolvimentista seria concretizada pelo Plano Trienal de Celso Furtado (Furtado, 2014). Para financiar o projeto, San Tiago Dantas com insistência obteve recursos do governo americano, o qual estava receoso em conceder empréstimos ao governo de Goulart. Porém, a volta do presidencialismo no final do mandato de Goulart acarretou total desorganização administrativa, falta de controle dos ministérios, em nenhum avanço do Plano Trienal, na radicalização político-social interna e na saída de Dantas do ministério, cessando a relação dos EUA com o governo brasileiro (Amado, 2006).

Amado (2006) destaca que a deterioração das relações políticas e econômicas com os EUA ocorreram por vários fatores. Posicionamentos diferentes nos organismos internacionais entre os dois países, como a abstenção do Brasil na votação que pretendeu excluir Cuba da OEA, além de Goulart ser contrário à intervenção em Cuba, os EUA também passaram a

interferirem na política interna brasileira, dando apoio a candidatos anticomunistas nas eleições regionais e, logo depois, ao golpe militar que depôs Goulart do poder (Amado, 2006).

O sistema de neutralidade utilizado por Quadros não funcionou na política externa de Goulart, o episódio da crise dos mísseis em Cuba agravou a dinâmica da Guerra Fria e impossibilitou uma postura pragmática de qualquer país do continente americano sem consequências diretas. A partir de então, iniciou-se o período do despertar das ditaduras latino-americanas, sob apoio estadunidense (Cervo, 2013; Gonçalves, 2011).

O rompimento do Estado democrático, no Brasil, em 1964, alterou toda a política externa que estava até o momento estabelecida. A busca por maior autonomia no cenário externo, a questão do desenvolvimento e a interdependência, que eram aspectos centrais para a PEI, foram trocados pela política externa de alinhamento pleno com o governo americano, o qual estava extremamente envolvido com a Guerra do Vietnã e ignoraram os países latinos e os seus problemas, findando com as discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sob moldes Cepalinos, em âmbito hemisférico (Gonçalves, 2011).

2.4 Considerações Finais

Em conclusão, após um período de grandes mudanças no mundo ocidental, o nacional-desenvolvimentismo tornou-se tendência entre os países latino-americanos. A ordem mundial também foi alterada, os EUA tornaram-se uma potência hegemônica e com sua propensão imperialista, passou a influenciar diretamente a política externa latino-americana. Sob total vigilância do governo estadunidense que tentava conter o Estado desenvolvimentista latino, a região convivia com o sistema comercial internacional que perpetuava o seu subdesenvolvimento e atravancava o desenvolvimento. Assim, o papel da CEPAL nesse contexto, foi a de chamar atenção para as relações desiguais que estruturam o sistema internacional e, também, fornecer fundamentação teórica para o desenvolvimentismo. Com a sua teorização sobre o desenvolvimento, a Comissão obteve alcance hemisférico e global. No Brasil, o governo Vargas apoiou a consolidação da CEPAL e garantiu uma associação direta entre a Comissão e o país, por meio do BNDE. Os governos Kubitschek, Quadros e Goulart deram continuidade aos trabalhos das duas instituições. Porém, na década de 1960, a Comissão deixou de ser espaço prioritário nas discussões sobre desenvolvimento com a chegada de novos organismos, o BID e a UNCTAD passaram a tratar dessa temática, e pelo despertar das ditaduras militares na América Latina. Gradualmente, a teoria Cepalina foi

sendo substituída a ponto de ser quase extinta nos meios políticos e acadêmicos (Sgrignolli, 2022).

3 AS CONTRIBUIÇÕES DO CONVÊNIO CEPAL-BNDE PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO E OS SEUS RESULTADOS

O presente capítulo tem o objetivo de demonstrar as contribuições do convênio de cooperação técnica CEPAL-BNDE para o planejamento de políticas públicas econômicas para o desenvolvimento do Brasil, particularmente os resultados do trabalho conjunto das duas organizações nas áreas econômica e política. O capítulo também aponta a disseminação das ideias Cepalinas no governo e nos meios acadêmicos brasileiros, por intermédio de Celso Furtado e das atividades do Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE. A primeira subseção do capítulo exhibe, prioritariamente, a eclosão de bancos de desenvolvimento na América Latina e o seu contexto, a constituição da relação da CEPAL com o BNDE e o trabalho conjunto das duas instituições. Já as técnicas de planificação, enquadradas no contexto brasileiro, serão investigadas, ao longo do capítulo, por meio das recomendações e influências da CEPAL e do BNDE na criação de planos econômicos para o Brasil, de 1953 a 1964. A segunda subseção mostra os resultados da colaboração CEPAL-BNDE tendo como plano de fundo a atuação de Celso Furtado como representante do Brasil na CEPAL, precursor das ideias da organização no país e o seu trabalho na administração pública brasileira em correspondência com as teses Cepalinas. Em seguida, a terceira subseção tem o propósito de expor os resultados alcançados com as estratégias de planejamento formuladas por consequência da presença da CEPAL em colaboração com o BNDE, na economia brasileira. Por fim, procedem-se às considerações finais.

3.1 Bancos de desenvolvimento, CEPAL e projeções econômicas

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o financiamento para o desenvolvimento passou a ser uma questão central para as economias mundiais, os países começaram a investir na criação de instituições financeiras e de bancos de desenvolvimento para destravar o

processo de industrialização, reconstruir as suas economias no pós-guerra e solucionar falhas de mercado (Tavares *et al.*, 2010). A participação ativa do Estado na construção e no comando desses bancos tinha como finalidade desenvolver setores que não atraem investimentos privados porque denotam investimentos de longo prazo e lento retorno dos lucros. Assim, os bancos de desenvolvimento surgiram especialmente na América Latina e na Ásia, países em processo tardio de industrialização, e na Europa, em países destruídos pela guerra. Como a Alemanha que, em 1948, criou o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), o banco tinha a função de financiar a reconstrução do país e centralizar seus investimentos em projetos industriais, habitacionais e agrícolas (Moraes; Sarti, 2016). E na Coreia do Sul, o objetivo do *Korea Development Bank* (KDB), instituído em 1954, era estabilizar a economia nacional e investir na industrialização (Korea Development Bank, 2023).

Nesse contexto, Santos (2018) afirma que “a América Latina é uma das regiões precursoras na vinculação de políticas de crescimento econômico e bancos de desenvolvimento [...]” (Santos, 2018, p. 224), já que a partir da década de 1930, antes e durante a guerra, com os mesmos propósitos de garantir financiamento estatal de longo prazo em setores que não atrai o capital privado, para garantir taxas crescentes de crescimento econômico e a substituição das importações, por meio de programas industrializantes, os governos da região fundaram o Nacional Financeira (NAFinsa), em 1934, no México; o Banco de Crédito Industrial (BCI), em 1944, na Argentina; a *Corporación de Fomento* (CORFO), em 1939, no Chile; e o BNDE, em 1952, no Brasil (López, 2009).

Esses bancos instalados na América Latina partilhavam a mesma interpretação teórica do desenvolvimento que se refletia na teorização da CEPAL, mas cada banco, ou melhor, cada país buscava se desenvolver a partir da sua própria singularidade e contexto político-econômico. A CEPAL trabalhava com a individualidade de cada país, a Comissão chegou a preparar monografias abrangendo análises macroeconômicas das quatro maiores economias da região: Argentina, Brasil, Chile e México (Furtado, 2014). A CEPAL também desenvolveu estudos econômicos sobre outros países, como a Venezuela. Mas os governos que mais se aproximaram da Comissão e realizaram atividades conjuntas foram o chileno e o brasileiro. No Chile, a CEPAL fez-se presente com sua sede instalada no país, no Brasil, a cooperação técnica com o BNDE é o que marca essa relação (CEPAL, 2023).

A criação do BNDE é resultado da política econômica do Estado Novo e está vinculada ao Plano Nacional de Reparelhamento Econômico do segundo governo Vargas (Tavares *et al.*, 2010), o Plano Lafer, de 1951, que se constituiu em um programa quinquenal de desenvolvimento de indústrias de base e dos setores de transporte, energia e agropecuário

(Haffner, 2002). Fundado com o desígnio de financiar a infraestrutura, a industrialização e tornar a economia autossustentada, o BNDE tinha o propósito de garantir a concretização do Plano Lafer, já que o órgão teria a função de dar suporte financeiro ao plano, além de administrá-lo (Paiva, 2012).

O BNDE também é resultado dos diagnósticos econômicos realizados pela assistência técnica do governo norte-americano ao Brasil por meio da Missão Cooke (1942), da Missão Abbink (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), com a sugestão da Missão Cooke de criar uma agência de investimento para o desenvolvimento, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) iniciou um projeto de implementação do BNDE (Tavares *et al.*, 2010).

Adicionalmente, Haffner (2002) destaca a importância dos técnicos treinados pela CEPAL na criação e comando do BNDE, pois o banco passou a seguir o padrão Cepalino de planificação⁷ e de análises técnicas, que consistem em planificar estrategicamente os investimentos mediante diagnósticos estruturais e as tendências econômicas. No que se refere a reflexão teórica da Comissão, ela fundamenta o nacional desenvolvimentismo, o que induziu a criação de órgãos estatais relacionados ao projeto desenvolvimentista, sendo o BNDE o principal de uma lista que incorpora organismos como o Banco do Nordeste, a Petrobras, a Eletrobras e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Tenório; Wanderley, 2018).

A partir dessas informações é constatado que desde sua inauguração o quadro técnico do BNDE era diversificado, reunindo técnicos vindos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, dado ao auxílio estadunidense nos estudos econômicos sobre o Brasil, da Assessoria Econômica da Presidência da República e da CEPAL, que já havia estabelecido relações com o governo Vargas. Assim, o Banco sofria a influência de um contraste de interpretações macroeconômicas acerca do desenvolvimento, mas segundo os arquivos históricos do BNDE: “Essas pessoas, com orientações ideológicas distintas, souberam superar suas diferenças em prol de um projeto maior, de desenvolvimento econômico do país” (Paiva, 2012, p. 26).

Em princípio, os trabalhos da CEPAL constituíam-se em analisar a indústria manufatureira latino-americana e os índices globais de produção industrial e a empregabilidade das maiores economias da região, ou seja, da Argentina, do México, do Chile e do Brasil. Porém, trabalhando na CEPAL, o economista Celso Furtado (2014) se

⁷De acordo com Ricardo Bielschowsky (2000), ex-funcionário a cargo do escritório da CEPAL no Brasil, a técnica da planificação da CEPAL se resume na identificação e na análise das estatísticas macroeconômicas, e na investigação de tendências da economia nacional para direcionar os investimentos e financiamentos por setor estratégico (Bielschowsky, 2000).

deparou com pobreza de informações e dados estatísticos sobre o Brasil nos padrões internacionais, pois havia um grande atraso do país com relação aos outros países da região e os dados referentes à produção industrial eram praticamente inexistentes (Furtado, 2014). Além do atraso em pesquisa, havia também na produtividade, e Furtado (2014) diagnosticou que a produção de energia elétrica argentina e mexicana superavam a do Brasil, dado que a produção energética brasileira era 35% inferior à argentina e 39% inferior à mexicana, sendo o Brasil superior em tamanho territorial e populacional (Furtado, 2014).

Por esse motivo, foi necessário juntar esforços de pesquisa e criar um grupo de estudos com a CEPAL e o BNDE para então promover uma mudança de estratégia de planificação para o financiamento e administração do desenvolvimento brasileiro. Isso posto, no quinto Período de Sessões da CEPAL, a delegação brasileira era chefiada por Horácio Lafer e composta por, expressivamente, 50 integrantes, demarcando o interesse brasileiro no trabalho da CEPAL. Estavam presentes Euvaldo Lodi, Anápio Gomes, Eugênio Gudín, San Tiago Dantas, Valentim Bouças, Roberto Campos, Rômulo de Almeida, Cleanto Paiva Leite, Octávio Bulhões, Miguel Osório de Almeida e o presidente Vargas, ou seja, as lideranças do governo, do BNDE e representantes do setor industrial brasileiro (Gonçalves, 2011). Nessa conferência foi criado o Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE, sob a responsabilidade de Celso Furtado (Gonçalves, 2011). De acordo com um documento do Grupo Misto CEPAL-BNDE (1957b):

Durante a Quinta Sessão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em abril de 1953, a Secretaria Executiva da referida Comissão apresentou um relatório intitulado Estudo Preliminar da Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico (Documento E/CN. 12/292) [...] A CEPAL recebeu com satisfação o Estudo Preliminar e o acordo concluído entre a Secretaria Executiva e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico do Brasil com o fim de realizarem, conjuntamente, um estudo dos fatores vitais a elaboração de um programa que obedeceria aos princípios metodológicos apresentados no documento citado (Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957b, p. 1).

Os objetivos do grupo resumiam-se em: avaliar o ritmo de crescimento da economia brasileira, desenvolver programas econômicos para assessorar o governo e realizar cursos de capacitação técnicas. Sobre o plano de trabalho e objetivo do Grupo Misto CEPAL-BNDE, Furtado (2014) aponta:

O plano de trabalho compreendia um “diagnóstico” da situação econômica do país, um “prognóstico” das tendências, no horizonte de tempo variando de cinco a sete anos, e uma série de projeções com base em hipóteses sobre o comportamento de variáveis instrumentais, vale dizer, decisões a serem tomadas pelo governo. O objetivo era demonstrar quais as opções que estavam abertas e quais as

consequências prováveis das ações ou omissões dos centros de decisão sob controle governamental (Furtado, 2014, p. 187).

Como resultado da colaboração técnica do grupo, o “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira: 1955 – 1962”, garantiu a participação da CEPAL e do BNDE no governo Kubitschek, em razão de que o documento elaborado serviu de base para o Programa de Metas e a sua execução, o BNDE financiou as obras solicitadas pelo plano (Paiva, 2012). Além disso, o Plano de Metas seguia o modelo de planejamento global das atividades econômicas, difundido pela CEPAL, que se constituía em 31 metas distribuídas em seis grandes áreas: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção da capital do Brasil, Brasília (Gonçalves, 2011). O plano também deu continuidade ao que já tinha sido implantado pelo governo Vargas e disseminou as técnicas de planificação no país.

Nesse período em estudo, mais uma colaboração ocorreu entre a CEPAL e o BNDE. Em 1960, foi instalado no Rio de Janeiro o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE com o propósito de ministrar cursos de capacitação técnica nas áreas de administração e planejamento para o desenvolvimento. O Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CTPDE) foi disponibilizado para variados públicos e regiões do país, formando uma geração de intelectuais e estudiosos (Klüger; Wanderley; De Freitas Barbosa, 2022). Assim, de 1953 até meados da década de 1960, a CEPAL e o BNDE realizaram atividades conjuntas por intermédio de acordos formais de colaboração. Porém, após o rompimento do Estado democrático, em 1964, o vínculo das instituições foi dissolvido (CEPAL, 2023).

3.2 A importância de Celso Furtado para a interação CEPAL-BNDE

Celso Furtado (1920-2004) e sua trajetória na CEPAL, na administração pública brasileira e intelectualmente são importantes para este estudo porque são esses fatores que estruturam a relação da CEPAL com o BNDE, Furtado representa o núcleo desta discussão. Economista, gestor público e um dos mais influentes intelectuais do século XX, Furtado foi o precursor das ideias Cepalinas no Brasil. Foi diretor da CEPAL a serviço do Brasil, entre 1949 e 1957, e idealizador da cooperação técnica entre a CEPAL e o BNDE, do qual se tornou

presidente e, posteriormente, assumiu a diretoria do BNDE e foi o primeiro-ministro do planejamento do Brasil, durante o governo de João Goulart (Sousa; Theis; Barbosa, 2020).

Furtado acreditava que o desenvolvimento econômico poderia ser atingido por meio do planejamento, suas considerações teóricas sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento foram amplamente divulgadas pela CEPAL, e suas ações práticas no BNDE e no serviço público resultaram em grandes projetos para o Brasil relacionados à administração do desenvolvimento e na criação de empresas estatais que até o presente são controladas pelo Estado (D’Aguiar, 2020; Tenório; Wanderley, 2018).

No contexto de surgimento da ONU e, consequentemente, da CEPAL. O primeiro secretário-geral da CEPAL, Martínez Cabañas, chega ao Brasil à procura de um economista para representar o país na CEPAL, Furtado é indicado para o cargo por Octávio Bulhões, o presidente da subcomissão brasileira na Missão Abbink. Após aceitar o convite, a jornada de Furtado na Comissão inicia-se com sua chegada a Santiago de Chile — sede da CEPAL —, em 1949, o que transformaria a história do economista, da CEPAL e do BNDE. A primeira ação de Furtado na CEPAL foi a de traduzir e publicar, na Revista Brasileira de Economia, o Manifesto Latino-Americano, de Raúl Prebisch (Furtado, 2014).

Após a publicação do texto em território brasileiro, as análises de Prebisch se repercutiram no governo e no setor empresarial, chamando a atenção de Rômulo de Almeida, chefe da Assessoria Econômica da Presidência da República e diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do presidente da CNI, Euvaldo Lodi e de Abelardo Villas Boas, diretor do Departamento de Economia Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (Furtado, 2014).

A partir disso, a CEPAL teve o apoio do governo getulista na figurada Rômulo de Almeida, o principal assessor do presidente e adepto às ideias da Comissão, e a CNI e a FIESP se prontificaram a auxiliar a Comissão com o fornecimento de dados e informações sobre a industrialização no Brasil. Assim, realizou-se um levantamento sobre a atividade industrial de bens de capital de São Paulo (Furtado, 2014; Haffner, 2002). Essa aproximação do trabalho de pesquisa brasileira com as teses da CEPAL rendeu uma visita de Prebisch ao Brasil, em 1950, onde fez palestras na CNI e visitou instalações industriais em São Paulo (Gonçalves, 2011).

Como diretor da CEPAL a serviço do Brasil, Furtado foi o principal representante brasileiro na CEPAL e principal disseminador de suas ideias no Brasil (Bielschowsky, 1988), e foi também o idealizador da cooperação técnica entre a CEPAL e o BNDE. O vínculo da CEPAL com o Brasil foi concretizado, em 1951, devido à visita de Furtado e Prebisch ao

presidente Vargas. Após o encontro, a língua portuguesa tornou-se idioma oficial da CEPAL foi acordado que as sessões de reunião de 1953 da CEPAL aconteceriam no Brasil (Klüger; Wanderley; De Freitas Barbosa, 2022).

Dessa forma, de 9 a 25 de abril de 1953, ocorreu o quinto Período de Sessões da CEPAL, no Brasil. Durante as reuniões foi criado o Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE, sob responsabilidade de Furtado (Gonçalves, 2011). A intenção era realizar um diagnóstico da realidade macroeconômica brasileira e, a partir dos resultados obtidos, orientar investimentos e planos econômicos, ou seja, produzir um projeto de programação para toda a economia brasileira (Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957b).

As atividades do grupo resultaram no “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira: 1955 – 1962”. Sendo Furtado, o principal articulador do documento emitido, esse relatório foi o pressuposto do Plano de Metas do governo Kubitschek, que deu apoio técnico ao processo de industrialização através da política de substituição de importações e demonstrou a importância de outro aspecto: o planejamento econômico (Rabelo, 2002). Além de atuar como presidente do Grupo Misto CEPAL-BNDE e diretor de Desenvolvimento da CEPAL, Furtado estava envolvido com o projeto de estímulo à pesquisa e ao ensino na área de administração do desenvolvimento. O Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CTPDE) foi uma amostra da atuação de Furtado e da extensão do projeto desenvolvimentista para todas as regiões do país (Klüger; Wanderley; De Freitas Barbosa, 2022).

O CTPDE foi um programa gratuito, custeado pelo Estado, de pós-graduação espalhado pelo Brasil que contava com material produzido pela CEPAL e com professores vinculados à Comissão, inclusive Furtado atuou como professor. A princípio, apenas os profissionais do BNDE tinham acesso ao curso, depois foi aberto aos servidores públicos de órgãos regionais de desenvolvimento e estudiosos que precisavam entender os problemas básicos do desenvolvimento econômico e como solucioná-los (BNDE, 1957a).

Como o curso foi aberto aos servidores públicos para além daqueles pertencentes ao BNDE, a CEPAL estabeleceu relações com bancos estatais regionais — com o Banco de Crédito da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais — e com organismos de planificação e desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e com departamentos de planejamento estaduais e municipais e com economistas (BNDE, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964). Dessa forma, a cooperação entre a CEPAL e o BNDE se estendeu por todo país, vinculando-se às entidades governamentais e às instituições acadêmicas, resultando na

capacitação de uma geração de intelectuais e funcionários públicos (Klüger; Wanderley; De Freitas Barbosa, 2022).

Em 1958, a convite do presidente Kubitschek, Furtado tornou-se diretor do BNDE para orquestrar um plano para o desenvolvimento do nordeste brasileiro. Todavia, o economista deixou o cargo para presidir o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que se constitui como o primeiro passo para os avanços nas discussões e aprovação do projeto de lei que criaria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Tenório; Wanderley, 2018).

A SUDENE representa a interiorização do Plano de Metas e a planificação do desenvolvimento econômico regional pelos moldes da CEPAL. Além disso, a SUDENE foi um resultado direto do Grupo Misto CEPAL-BNDE, que está associado à interpretação dos dados econômicos captados pelo grupo, ao financiamento e administração do BNDE e a Furtado como maior articulador do projeto para o nordeste e superintendente do organismo. Isso posto, compreendo que a tríade formadora da reflexão teórica e de ações práticas sob o desenvolvimentismo no Brasil é constituída pela CEPAL, pelo BNDE e pela figura de Celso Furtado (Tenório; Wanderley, 2018).

Furtado se estabilizou em seu cargo na SUDENE durante o governo de Jânio Quadros e os dois primeiros anos do governo Goulart. E no final de 1962, foi convidado por Goulart para assumir um ministério sem pasta determinada, mas com o propósito de criar um programa econômico para o país (D'Aguiar, 2020). Mais uma vez, em poucos meses e com o apoio do BNDE, Furtado formulava um esboço geral para a economia brasileira, mas com propostas que buscavam modificar toda estrutura socioeconômica do país, foi apresentado o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social” (Tenório; Wanderley, 2018).

O programa é aceito e Furtado continua com o cargo no ministério que recebeu, a partir do novo plano, a pasta do Planejamento. Contudo, a suspeição ideológica sob o presidente Goulart apenas crescia, juntamente com a perda de poder político para implementação do Plano Trienal e somando as reformas ministeriais que acabou por exonerar Furtado do cargo (D'Aguiar, 2011 *apud* Tenório; Wanderley, 2018).

Com o rompimento do Estado democrático, em 1964, e com a associação de Furtado ao governo Goulart e sua autoria no Plano Trienal, baseando em reformas estruturais comumente defendidas pela esquerda, o economista recebeu o rótulo de comunista pelos militares e teve os seus direitos civis e políticos cassados (D'Aguiar, 2020). A relação CEPAL-BNDE foi enfraquecida pelo regime militar e quase foi perdida, o Grupo Misto deixou de existir, como já mencionado (CEPAL, 2023).

Quando o Plano Nacional de Reparelhamento Econômico do governo getulista foi gerado sob influência do DASP, Furtado fazia parte da administração do departamento; o economista era representante do Brasil na CEPAL no momento da fundação do BNDE, entidade que sofreu intervenções da CEPAL e tem sua criação relacionado a ela, além dos trabalhos realizado em conjunto por meio do Grupo Misto CEPAL-BNDE. Somando com o Plano de Metas e o Plano Trienal, elaborados por contribuição do autor. Assim, conclui-se que Celso Furtado é protagonista na administração pública para o desenvolvimento econômico do Brasil e, também, na criação e evolução da cooperação técnica da CEPAL com o BNDE.

3.3 Os impactos do convênio CEPAL-BNDE: o Grupo Misto e o desenvolvimento brasileiro

Como já apresentado, os diagnósticos realizados pelo convênio CEPAL-BNDE serviram de fundamento para a planificação econômica da economia brasileira a ser financiada pelo BNDE. À vista disso, a “Análise e Projeções do Desenvolvimento Econômico” é um trabalho completo de investigação do desenvolvimento da economia brasileira, de 1939 a 1954, e de formulação de uma projeção do desenvolvimento para o Brasil, no período de 1955 a 1962, realizado pelo Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE. O documento também introduz a técnica de programação, demonstrando as principais problemáticas do planejamento para as economias latinas, como a produtividade e as alternativas de investimento nos programas econômicos e a neutralidade da técnica de programação. Além da instabilidade econômica e política da região que atrapalham a condução dos planos (Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957a).

No que se refere ao estudo sobre o Brasil, foi realizado uma ampla pesquisa dos setores industrial e agropecuário para analisar o desenvolvimento de cada um durante os anos e projetar tendências de crescimento, também foi analisado o conteúdo das importações e o índice de substituição de importações brasileiras, de financiamento e investimento por setor de produção (Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957a). As projeções e a taxa média anual de crescimento da renda bruta, do consumo per capita e do coeficiente de poupança territorial também entraram para o banco de dados do grupo. Assim, por meio dos dados, criaram-se as estruturas de um programa de desenvolvimento, o “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira: 1955 – 1962”.

O “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira: 1955 – 1962” orientava que investimentos estatais combinados com o financiamento privado deveriam ser direcionados aos setores energético e de infraestrutura, os quais possibilitariam a instalação de manufaturas e alavancariam a industrialização. Durante esse período, foi verificado que a industrialização estava crescendo mais do que a oferta de energia, tornando-se um dos mais graves gargalos da economia nacional (Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957b). Por isso, o aumento da oferta de energia era uma das pautas mais importantes do Plano de Metas, porém a questão da carência de energia já era recorrente no Plano Lafer, que resultou na criação do Plano Nacional de Eletrificação e na Eletrobras durante o segundo governo Vargas (Hirst, 1990).

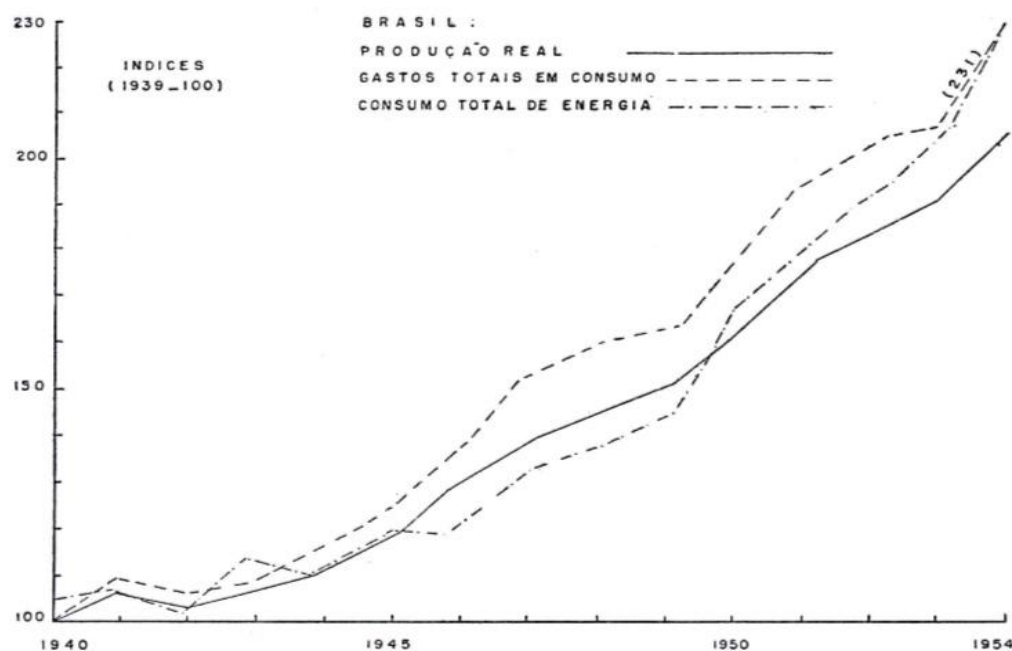
Os dados a seguir, expressados no gráfico, na tabela e no quadro, são um levantamento da produção, dos gastos e do consumo de energia, de 1939 a 1964, que demonstram o crescimento desigual da oferta e da demanda de energia, e a projeção do consumo de energia com o passar das décadas. Os dados da tabela também demarcam o padrão contínuo de aumento da produção industrial. E segundo Haffner (2002), houve durante esses anos um crescimento expressivo na produtividade industrial e na diversificação da estrutura produtiva brasileira. Além do aumento do consumo da população. Portanto, a demanda energética era expressivamente maior do que a oferta, sendo que a demanda crescia e tendia a crescer mais do que a oferta.

Tabela 1 - Índice de crescimento de energia elétrica e de produção industrial, de 1950 a 1954

Ano	Produção de Energia Elétrica	Produção Industrial
1950	105,8	112,7
1951	118,5	119,0
1952	105,0	125,4
1953	101,4	137,1
1954	114,1	150,0

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados de Baer, 1988, p. 65.

Gráfico 1 - Produção, gastos e consumo de energia no período de 1939 a 1954



Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957a, p. 163.

Quadro 1 - Projeção do consumo de energia elétrica (em milhões de kWh)

Energia Elétrica (total e por fonte de geração)	1939	1949	1952	1962
Total.....	2.488,7	6.237,3	7.607,5	22.320,3
Hidráulica.....	2.264,1	5.544,2	6.658,9	18.997,1
Térmica.....	224,6	693,1	948,6	3.323,2
% da Térmica sobre o total..	9	11,1	12,5	14,9

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados de Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957, p.160.

Ainda sobre o setor energético, percebe-se que o petróleo era um fator crucial para o desenvolvimento. Para Vargas, era praticamente uma questão pessoal e de honra nacional, durante o seu governo o país passou de importador de petróleo refinado para importador de óleo cru, com o trabalho de refinar e transportar o petróleo por meio de navios brasileiros. Para concretizar essa substituição da importação de petróleo refinado e refiná-lo no Brasil, houve a duplicação da refinaria de Mataripe e a construção da refinaria de Cubatão (Haffner, 2002). E, em 1953, a Petrobras foi fundada. Sobre a Petrobras, Haffner conclui:

Em síntese, a criação da Petrobrás expressou a convergência de vários componentes essenciais do sistema político e econômico brasileiro daquela época: defesa nacional, nacionalismo econômico, emancipação do país, ideologia desenvolvimentista, crescimento da função econômica do Estado, entre outros (Haffner, 2002, p. 129).

Dessa forma, é possível perceber e refletir sobre a existência de uma teorização induzindo o investimento nesse setor, o embasamento teórico nacional desenvolvimentista sob respaldo científico Cepalino permitiu mudanças estruturais desse gênero sob a produção e produtividade no Brasil. Tendo como exemplo o petróleo, a ação de substituir a importação de um produto mais complexo para um de produção mais simplificada, permitiu que o trabalho de refinar o petróleo fosse realizado em território nacional, diversificando e desenvolvendo a produção local, e ainda somando com os investimentos em transporte e em infraestrutura que permitiram à atividade manufatureira e avanços na indústria.

Esse respaldo teórico ao nacional-desenvolvimentismo, dado pela CEPAL, foi reconhecido pelo governo Vargas. No quinto Período de Sessões da CEPAL, em 1953, o presidente Vargas fez um pronunciamento destacando o suporte que a teorização da CEPAL garante à política econômica e ao desenvolvimento. Vargas declarou que :

Os estudos da Comissão sobre a realidade econômica da América Latina tornaram-se uma fonte fidedigna de informação e de dados estatísticos sumamente valiosos para a formulação da política econômica governamental. [...] Meu governo aprecia, em particular, os esforços da Comissão para formular uma teoria do desenvolvimento econômico capaz de recomendar-se por seus próprios méritos aos governos latino-americanos como base racional de política econômica (ECOSOC, 1953 *apud* Gonçalves, 2011, p. 67-68).

Outro setor a ser destacado é o da mineração, o carvão mineral e o ferro eram elementos necessários para o parque energético do país relacionado ao transporte. As redes ferroviárias estavam em desenvolvimento via financiamento do BNDE, o governo getulista ampliou a produção da Companhia do Vale do Rio Doce e o governo Kubitschek também tinha o seu próprio plano de ampliar a produção de minérios para esse mesmo fim, já que o Plano de Metas tinha um propósito de continuar e melhorar o que já tinha sido realizado por governos anteriores (Paiva, 2012). Resumindo, havia um projeto global de investimentos em transporte, de 1952 a 1964, envolvendo a expansão, integração e consolidação das malhas ferroviárias, rodoviárias, portos e de todo o transporte aéreo (Paiva, 2012; Haffner, 2002).

No que se refere a indústria automobilística, os investimentos se concentravam prioritariamente em caminhões pesados, tratores agrícolas e na fabricação de autopeças. Com essa informação, verifica-se mais uma vez que existiu um forte investimento em setores

relacionados à produção e produtividade. Assim, foi criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e montadoras se instalaram no país, como: Simca, Toyota, Fábrica Nacional de Motores, Vemag, Willys Overland, Volkswagen, General Motors, Mercedes-Benz, International Harvester, Scania-Vabis e Ford. Essa foi uma das áreas que gerou grande impacto social, dado a criação de emprego e formação técnica-profissional na cidade de São Paulo e nas regiões metropolitanas (Haffner, 2002).

Portanto, energia, minérios e transporte foram os principais investimentos realizados pelos governos desenvolvimentistas em conjunto com a CEPAL e o BNDE para a melhorar a infraestrutura do país e promover o desenvolvimento industrial. Esses três setores formavam gargalos econômicos que impediam o impulso da industrialização, por isso o Plano de Metas priorizava a continuidade de investimentos que já haviam recebido a atenção do governo Vargas (Paiva, 2012). Também foi uma estratégia relevante o investimento em energia e infraestrutura para a modernização da agricultura, na teorização da CEPAL, o progresso técnico do setor via a política agrária faz parte da agenda desenvolvimentista (Bielschowsky, 2000).

Segundo o relatório do Grupo Misto CEPAL-BNDE (1957a), o desenvolvimento da agricultura no Brasil tinha como empecilho a falta de aplicação de técnicas modernas e de investimentos para a modernização desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Verifica-se que no período em análise a indústria brasileira cresceu mais do que a agricultura, dado que o investimento foi, em sua maior parte, direcionado à industrialização. Afinal, o Grupo direcionou o governo a investir na indústria e em setores que a favoreciam. Como consequência direta, houve alterações na estrutura produtiva do país. A tabela 2 suscita os dados e informações sobre investimentos por setor, no pós-guerra.

Tabela 2 - Crescimento da produção agrícola e industrial após a Segunda Guerra Mundial

Setor	1947	1953	1958
Agricultura	89,5	111,7	141,3
Indústria	81,5	135,1	213,2
Outros setores*	89,1	130,3	183,1

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados de Baer, 1988, p. 301.

* “outros setores” refere-se aos setores de infraestrutura (estradas, ferrovias, usinas, estatais, etc.) e energia elétrica.

Sobre as mudanças na estrutura produtiva brasileira, dados apontam que o financiamento do BNDE na década de 1950 se contabiliza em 69,5% em infraestrutura, 28,5% na indústria e 2% em comércio e serviços, o financiamento no agronegócio não aparece nos dados do banco (Westin, 2022).

3.4 Considerações finais

O capítulo demonstra as contribuições do convênio CEPAL-BNDE para o planejamento de políticas econômicas para o desenvolvimento e os seus resultados no Brasil, abordando desde as técnicas de planejamento ao financiamento industrial. Nesse cenário, foi observado o que levou a criação do BNDE em um contexto de surgimento de instituições financeiras e bancos de desenvolvimento, e o que induziu a vinculação do Banco à CEPAL. Foi também analisado o papel de Celso Furtado para o acordo de colaboração entre as instituições e a sua atuação a serviço da gestão pública brasileira, especialmente sob comando do Grupo Misto CEPAL-BNDE e na elaboração de planos econômicos sob embasamento teórico Cepalino. Este capítulo também explorou os resultados concretos do convênio na industrialização, verificou-se que o trabalho de análise da economia brasileira feito pelo Grupo Misto orientou investimentos em setores fundamentais para impulsionar o desenvolvimento econômico por intermédio da industrialização, assim houve, de 1953 a 1964, grandes ganhos de produtividade e dinamismo na economia brasileira.

4 CONCLUSÃO

Este estudo exibiu as contribuições do convênio de cooperação técnica CEPAL-BNDE para o desenvolvimento econômico brasileiro, de 1953 a 1964, com a justificativa de resgatar o debate sobre o desenvolvimento econômico e de relembrar o papel histórico da CEPAL no desenvolvimentismo brasileiro. Como resultado, esta pesquisa sugere que a contribuição teórica e prática do convênio CEPAL-BNDE teve repercussão positiva no desenvolvimento da economia brasileira, por intermédio do trabalho de planificação da economia e do financiamento em setores vitais da indústria.

As conclusões da pesquisa apontam que o Grupo Misto CEPAL-BNDE promoveu métodos de planejamento para o desenvolvimento econômico consoante a realidade brasileira,

por meio de levantamento de dados econômicos básicos para entender as principais deficiências do sistema industrial do país, e determinou investimentos na época, sendo eles: a indústria de base e os setores de transporte, energia e infraestrutura. E com os cursos de capacitação técnica ministrados pelo Centro de Desenvolvimento CEPAL/BNDE, houve a formação de especialistas em desenvolvimento econômico, em todo o Brasil, os quais ocupavam posições em órgãos públicos relacionados à agenda desenvolvimentista. Dessa forma, a associação da CEPAL com o BNDE proveu apoio técnico à política econômica do Estado e fundamentou cientificamente o desenvolvimentismo.

Para compreender a posição do Brasil no sistema internacional e a sua política externa, foi importante investigar as transformações ocorridas no cenário externo desencadeadas pela Segunda Guerra que levaram à busca brasileira pelo desenvolvimento econômico. E entender o papel determinante dos EUA na política externa latino-americana, que por meio da vigilância, da interferência em assuntos domésticos de diversos países do continente, inclusive o Brasil, e das tentativas estadunidenses de conter os governos desenvolvimentistas e a CEPAL, os EUA conseguiam sustentar sua política hemisférica, garantindo ganhos econômicos para o país e a contenção da ideologia soviética na América Latina durante a Guerra Fria.

A pesquisa também exibiu, ao longo do estudo, o que levou a perda de influência da CEPAL no Brasil. Foi amplamente salientado que a mudança política causada pela Ditadura Militar combinada com o fim do monopólio teórico da CEPAL fez com que o convênio CEPAL-BNDE deixasse de existir. No contexto atual, da globalização e do fim do debate sobre desenvolvimento, a CEPAL é apenas uma agência da ONU. Verifica-se uma perda de identidade e de propósito da Comissão, com o afastamento da narrativa desenvolvimentista e adequação à narrativa da ONU e ao discurso liberal. A título de exemplo, na atualidade, a maior preocupação da CEPAL é com o debate sobre sustentabilidade e sobre as questões ambientais (Sgrignolli, 2022).

Outro ponto a ser destacado é que, hoje, o setor que mais se expande no Brasil é o da agropecuária e o BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social; BNDE com o acréscimo do “social”) direciona mais financiamentos para o agronegócio do que para a indústria, em contraste com o recorte temporal da pesquisa que, entre 1953 a 1964, o setor em expansão era o industrial (Westin, 2022). Logo, o país vem sofrendo com o processo desindustrialização e a reprimarização da economia, empresas do setor automobilístico que se instalaram no país, conforme demonstrado neste estudo, como a Ford e Mercedes-Benz, encerraram suas atividades no Brasil, e, entre 2015 a 2020, 36,6 mil fábricas foram extintas

(Ferraz, 2021). Como muito bem colocado por Sgrignolli (2022): “Essa reprimarização vai contra toda a evolução promovida pela CEPAL em suas primeiras décadas, retoma um cenário amplamente discutido pela CEPAL, e reforça até mesmo a perda de influência da comissão sobre os governos nacionais [...]” (Sgrignolli, 2022, p. 52-53).

Ademais, a participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) vem caindo a cada ano, ou seja, está diminuindo cada vez mais a participação da indústria na geração de riqueza do país, pode-se afirmar que não há mais uma política industrial, tampouco uma desenvolvimentista. Em 2021, os dados sobre financiamento foram contabilizados em 41% em infraestrutura, 16% na indústria, 17% em comércio e serviços, e 26% no agronegócio (Westin, 2022), contrariando o próprio papel do BNDES, desde sua criação, de financiar e gerir projetos relacionados ao desenvolvimento industrial brasileiro. Agora, o banco apenas observa o processo de desindustrialização do país.

Para finalizar, esta breve pesquisa teve o intuito de traçar os principais resultados da presença da CEPAL no Brasil, em seu trabalho conjunto com o BNDE. Não se pretendeu esgotar todo o assunto ou preencher todas as lacunas sobre o tema, mas, reconhecendo a sua relevância, espera-se que este trabalho possa estimular outros pesquisadores a analisar a temática do desenvolvimento econômico e contribuir com as discussões sobre o papel da CEPAL e do BNDE no desenvolvimentismo brasileiro e o fim do protagonismo de ambos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, R. A política externa de João Goulart. In: ALBUQUERQUE, J. A.; SEITENFUS, R.; DE CASTRO NABUCO, S. H. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 400-420.

ANDRADE, R. Teorias para o Desenvolvimento. **Rev Pesq FAPESP**, São Paulo, ano 19, n. 270, ed. 270, p. 90-93, ago. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/teorias-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 03 abril 2023.

ARAÚJO, A.; MODENESI, R. Avaliação de projetos no Brasil. In: MONTEIRO FILHA, D.; MODENESI, R. **BNDES, Um banco de ideias: 50 anos refletindo o Brasil**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002, p. 65-90. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/981/1/BNDES%2C%20um%20banco%20de%20id%C3%A9ias_final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

AYLLÓN, B. Aspectos conceituais da diplomacia universalista do Brasil: as relações bilaterais e a integração regional (1945-2000). **Carta Internacional**, [S. l.], v. 1, n. 3, p.

15–25, 2006. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/398>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. *In*: BIELSCHOWSKY, R (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro, Record, 2000. pp. 13-68.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1955, Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1956, Rio de Janeiro, 1957. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1957, Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1958, Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1959, Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1960, Rio de Janeiro, 1961. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1961, Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1962, Rio de Janeiro, 1963. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BNDE. **Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico**, exercício de 1963, Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2361>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Presidente (1956-1961). Balanceando a Política Externa Continental, em Reunião da Comissão Brasileira da Operação Pan-Americana, no Palácio Itamaraty. *In*: **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de

Gusmão, 2009. p. 33-38. Disponível em:
https://funag.gov.br/loja/download/628-Discursos_jk.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRESSER PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n.157, 2006. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>. Acesso: 20 mar. 2023.

BRESSER PEREIRA, L. C.; THEUER, D. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina?. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 811-829, 2012. Disponível em:
https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_estado_novo-desenvolvimentista-_0.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BUENO, C. Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). *In*: CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: UnB, 2011. p. 163-391.

CALDAS, R. W. As Relações Multilaterais no Contexto Interamericano. *In*: CALDAS, R. W. **A política externa do governo Kubitschek**. Brasília : Thesaurus, 1995. cap. 2.

CARDOSO, F. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. Jundiaí: Paco, 2018.

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Sobre o escritório da CEPAL em Brasília**. Santiago de Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, [2023]. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sedes-e-escritorios/cepal-brasil/0-escritorio-cepal-brasil>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L. O ciclo da diplomacia do desenvolvimento na América Latina. *In*: CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina**: de 1930 aos nossos dias, 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. p. 1-105. *E-book*. ISBN 9788502210301. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502210301/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Estudo econômico da América Latina 1949. *In*: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FEARON, J. D. Domestic politics, foreign policy, and theories of international relations. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 289-313, 1998. DOI:
<https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.289>. Disponível em:
<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.1.1.289>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Importância dos Bancos de Desenvolvimento no mundo e no Brasil**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, [2019]. Disponível em: <https://www.sicongel.org.br/br/wp-content/uploads/2019/11/Estudo-Importa%CC%82ncia-dos-Bancos-de-Desenvolvimento-no-mundo-e-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FERNANDES, I. F. de A. L. Política Externa e Política Externa Brasileira. *In*: GALLO, Rodrigo (org.). **Relações Internacionais: Temas Clássicos**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021. cap. 2.

FERRAZ, J. Processo de desindustrialização no Brasil se acentua. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 04 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=393880>. Acesso em: 08 jul. 2023.

FURTADO, C. A fantasia organizada. *In*: **Obra autobiográfica**, tomo I. São Paulo, Companhia das Letras, 2014. pp. 16-221.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. *In*: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 239-262.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, C. **O Longo Amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, A. S.; MENDONÇA, M. L.; SÁ, M. B. de. International Political Economy in Latin America: Redefining the Periphery. *In*: CAFRUNY, A.; TALANI, L. S.; MARTIN, G. P. **The Palgrave Handbook of Critical International Political Economy**. London: Pargrave Macmillan, 2016, p. 431-452.

GONÇALVES, L. E. F. de C. **As relações Brasil-CEPAL (1947-1964)**, 2011. Dissertação (Mestrado em Diplomacia - Programa de Formação e Aperfeiçoamento) – Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2011.

GRUPO MISTO CEPAL-BNDE. **Análise e projeções do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: BNDE, 1957a. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11760?mode=full&locale=pt_BR. Acesso em: 08 jul. 2023.

GRUPO MISTO CEPAL-BNDE. **O desenvolvimento econômico do Brasil. Bases de um Programa de Desenvolvimento para o período 1955-62**. Rio de Janeiro: BNDE, 1957b. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11760?&locale=pt_BR. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. 3. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS; Contraponto, 1999.

GUMIERO, R. Projetos de desenvolvimento em disputa: o debate entre a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Grupo Misto Cepal-BNDE. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 8, n. 13, p. 129-150, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/141>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HAFFNER, J. A. H. **A Cepal e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HIRST, M. **O pragmatismo impossível**: a política externa do segundo governo Vargas, (1951-1954). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

do Brasil, 1990. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6594>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HIRST, M. La época de Vargas: 1930/1945. **Escenarios Alternativos. Crítica & Utopía**, n. 5, 1981.

JAGUARIBE, H. Introdução Geral. In: ALBUQUERQUE, J. A.; SEITENFUS, R.; DE CASTRO NABUCO, S. H. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 30-45.

KLÜGER, E.; WANDERLEY, S.; DE FREITAS BARBOSA, A. El Centro de Desarrollo Económico CEPAL/BNDE y la formación de una generación de planificadores del desarrollo en el Brasil. **Revista de la CEPAL**, v. 2022, n. 136, p. 133-154, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47864-centro-desarrollo-economico-cepalbnde-la-formacion-generacion-planificadores>. Acesso em: 01 abril 2023.

KOREA DEVELOPMENT BANK. **KDB Bank Seoul**: About KDB Bank, our parent bank. Budapeste: Korea Development Bank, [2023]. Disponível em: <https://www.kdbbank.eu/kdb-bank-seoul>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LÓPEZ, P. J. Los Bancos de desarrollo en América Latina: La experiencia de nacional financiera durante la industrialización vía sustitución de importaciones (1940-1970). Asociación Española de Historia Económica (AEHE). **Documento de trabajo**, n. 904, jul. 2009. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/153374>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MARIANO, M. P. Autonomia e desenvolvimento na política externa brasileira. In: **A política externa brasileira e a integração regional**: uma análise a partir do Mercosul [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 37-65. ISBN 978-85-68334-63-8. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2f3jk>. Acesso em: 02 maio 2023.

MELO, L. A língua afiada de Maria da Conceição Tavares. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2007. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/412114>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MONTEIRO FILHA, D.; MODENESI, R. **BNDES, Um banco de ideias**: 50 anos refletindo o Brasil. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/981/1/BNDES%2C%20um%20banco%20de%20id%C3%A9ias_final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

MORAES, I. A. Política externa e desenvolvimento econômico no Brasil: história e paradigmas (1930–2016). **Conjuntura Global**, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/69870>. Acesso em: 31 maio 2023.

MORAES, A; SARTI, A. O papel do banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) após a promoção do desenvolvimento na Alemanha. In: XXIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 2016, Campinas. **Anais [...]**, Campinas: Galoá: UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2016/trabalhos/o-papel-do-banco-kreditanstalt-fur-wiederaufbau-kfw-apos-a-promocao-do-desenvolv?lang=pt-br>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MOURA, G. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, J. A.; SEITENFUS, R.; DE CASTRO NABUCO, S. H. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 118-162.

MOURA, G. **Relações Exteriores no Brasil: 1939-1950**. As mudanças na natureza das relações Brasil – Estados Unidos durante a após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950. Acesso em: 23 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Report of the ad hoc Committee on the proposal for an economic commission for Latin America**. ECOSOC Resolução 106 (VI), de 5 de março de 1948.

NATALINO, C. E. Diplomacia Presidencial. IN: GALLO, Rodrigo (org.). **Relações Internacionais: Temas Clássicos**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021. cap. 3.

PAIVA, M. de. **BNDES: um banco de história e do futuro**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1785>. Acesso em 29 jul. 2023.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 ago. 2023.

POLETTI, D. W. A Cepal e a América Latina. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 25, n. 1, p. 209-216, 1999. DOI:<https://doi.org/10.15448/1980-864X.1999.1.25570>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/25570>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RABELO, R. F. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. **Revista Economia & Gestão**, v. 2, n. 4, 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/101>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SAMPAIO, N. S. Síntese Política: as relações Brasil-Estados Unidos. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 5, n. 20, p. 67-78, 1963.

SANTA CRUZ, H. **CEPAL, encarnación de una esperanza de América Latina**. CEPAL, 1985. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/e99b8807-a561-4e8a-9446-1da8918eaf90>. Acesso em: 02 set. 2023.

SANTOS, L. B. Bancos de desenvolvimento, crescimento econômico e industrialização na América Latina. **Elites empresariais, Estado e Mercado na América Latina**. 1ed. Belo Horizonte: FACE/UFGM, v. 1, p. 224-243, 2018. Disponível em: <https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/05/Artigo-2018-Tiago-Nery-Elites-empr-esariais-estado-e-mercado-na-America-Latina.pdf#page=224>. Acesso em: 05 set. 2023.

SGRIGNOLLI, A. **Paradigmas para o desenvolvimento: o papel histórico da CEPAL na interpretação da realidade Latino-Americana**, 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2022.

SILVEIRA, M. G.; ANGELI, E. Uma reflexão sobre o início da Cepal e seu contexto. **Revista Economia Ensaios**, v. 34, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/REE-v34n2a2020-42720>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/42720>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SOUSA, C. A.; COSTA, D. H. S. Políticas de desenvolvimento industrial no Brasil baseadas nas propostas desenvolvimentistas da CEPAL. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, p. 166-182, 2014. DOI: 10.3895/rbpd.v3n1.3579. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3579>. Acesso em: 11 set. 2023.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M., BARBOSA, J. L. A., eds. **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, 401 p. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4. <https://doi.org/10.7476/9786586221695>.

SOUSA, R. G. Populismo; **Brasil Escola**, [2023] Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia-da-america/populismo-1.htm>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SOUZA, M. D. Celso Furtado, 100 anos: base para se pensar um novo projeto de país. **Brasil de Fato**, São Paulo, 26 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/26/celso-furtado-economia-e-superacao-do-subdesenvolvimento-na-pratica>. Acesso em: 09 jul. 2023.

TAVARES, M., DE MELO, H. P., CAPUTO, A. C., COSTA, G. M., DE ARAÚJO, V. L. As origens do Banco Nacional Econômico (BNDE) 1952-1955. **Memórias do Desenvolvimento**. Ano 4, nº 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22As%20origens%20do%20Banco%20Nacional%20Econ%C3%B4mico%20\(BNDE\)%201952-1955%22](http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22As%20origens%20do%20Banco%20Nacional%20Econ%C3%B4mico%20(BNDE)%201952-1955%22). Acesso em: 13 set. 2023.

TENÓRIO, F.; WANDERLEY, S. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 507-526, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612173859>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/q6N6pb7QqXfLkT5y8qzCXVz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 set. 2023.

VIZENTINI, P. G. F. Política Exterior e Desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. **Revista brasileira de história**, v. 14, n. 27, p. 99-111, 1994.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 237-255, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395115852>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/fPLg9PZfqxKyPmvzYZWHnbG/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

WESTIN, R. Criado há 70 anos para alavancar indústria, BNDES não tinha o S de social. **Agência Senado**, Brasília, 03 jun. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/criado-ha-70-anos-para-alavancar-a-industria-bndes-nao-tinha-o-s-de-social>. Acesso em: 08 jul. 2023.